Conhecimentos Básicos
Língua Portuguesa

1

Leia o texto a seguir de Monteiro Lobato.

Estilos, estilos... Eu só conheço uma centena na literatura universal e entre nós só um, o do Machado. E, ademais, estilo é a última coisa que nasce num literato – é o dente do siso. Quando já está quarentão e já cristalizou uma filosofia própria, quando possui uma luneta só dele e para ele fabricada sob medida, quando já não é suscetível de influenciação por mais ninguém, quando alcança a perfeita maturidade de inteligência, então, sim, aparece o estilo.

Assinale a afirmativa correta sobre sua estruturação ou significação:

(A) A expressão "entre nós" se refere ao próprio autor do texto e seus leitores.
(B) A expressão "ademais" se refere ao acréscimo de algo, em tom excessivo.
(C) O termo "dente do siso" se refere comparativamente ao momento em que a pessoa chega à maturidade.
(D) O fato de ter "uma luneta só dele" mostra a independência de visão de mundo de um autor.
(E) O texto indica que o estilo de um autor só fica "pronto" com a velhice.

2

BROWNE, Chris. *Folha de S.Paulo*, 27 jan. 2013.

O humor da tira acima se apoia numa característica da língua escrita, que é:

(A) a polissemia de um vocábulo.
(B) a utilização de linguagem figurada.
(C) a ambiguidade de uma palavra no texto.
(D) o emprego de estrangeirismos.
(E) a redundância no uso de certos vocábulos.

3

O escritor francês Paul Valéry escreveu o texto a seguir.

Leia-o com atenção e assinale a afirmativa correta sobre sua significação ou estruturação:

Se a Europa deve ver perecer ou definhar a sua cultura; se nossas cidades, nossos museus, nossos monumentos, nossas universidades devem ser destruídos no furor da guerra conduzida cientificamente; se a existência dos pensadores e dos criadores é tornada impossível ou atroz por circunstâncias brutais, políticas ou econômicas, uma certa consolação, uma certa esperança ficam contidas na ideia de que nossas obras, a lembrança de nossos trabalhos, os nomes de nossos maiores homens não serão como se nunca tivessem existido, e que haverá, aqui e ali, no Novo Mundo, espíritos nos quais viverão de uma segunda vida algumas das criações maravilhosas dos infelizes europeus.

(A) Segundo o texto, a esperança de sobrevivência da cultura europeia dependerá dos futuros autores.
(B) O Novo Mundo, de acordo com Valery, será o guardião futuro da cultura da Europa.
(C) Valéry lamenta que a cultura europeia jamais voltará, desaparecendo por completo.
(D) O texto considera os europeus "infelizes" porque certamente sofrerão desastres políticos ou econômicos, o que afetará seu modo de vida.
(E) A conjunção "se" no início do texto coloca todas as afirmações no texto como condicionadas a outros fatos.

4

Leia o texto a seguir, do filósofo Schopenhauer:

A abolição do latim como língua geral das pessoas cultas e a introdução da conversa pequeno-burguesa das literaturas nacionais em seu lugar têm sido, para as ciências na Europa, uma verdadeira desgraça.

Sobre a significação e a estruturação desse pensamento, assinale a afirmativa correta.

(A) O porquê de a abolição do latim como língua culta ser uma "desgraça" está explicado no texto.
(B) O emprego do adjetivo "verdadeira" em "verdadeira desgraça" se justifica pela necessidade de indicar a verdade da afirmação feita.
(C) O texto mostra certo desprezo pelas literaturas nacionais ao empregar o termo "conversa pequeno-burguesa".
(D) Os termos precedidos da preposição "de" – abolição do latim, introdução da conversa – mostram diferentes funções sintáticas.
(E) O termo "para as ciências da Europa" indica onde o latim foi abolido como língua culta.

3

O escritor francês Paul Valéry escreveu o texto a seguir.

Leia-o com atenção e assinale a afirmativa correta sobre sua significação ou estruturação:

Se a Europa deve ver perecer ou definhar a sua cultura; se nossas cidades, nossos museus, nossos monumentos, nossas universidades devem ser destruídos no furor da guerra conduzida cientificamente; se a existência dos pensadores e dos criadores é tornada impossível ou atroz por circunstâncias brutais, políticas ou econômicas, uma certa consolação, uma certa esperança ficam contidas na ideia de que nossas obras, a lembrança de nossos trabalhos, os nomes de nossos maiores homens não serão como se nunca tivessem existido, e que haverá, aqui e ali, no Novo Mundo, espíritos nos quais viverão de uma segunda vida algumas das criações maravilhosas dos infelizes europeus.

(A) Segundo o texto, a esperança de sobrevivência da cultura europeia dependerá dos futuros autores.
(B) O Novo Mundo, de acordo com Valery, será o guardião futuro da cultura da Europa.
(C) Valéry lamenta que a cultura europeia jamais voltará, desaparecendo por completo.
(D) O texto considera os europeus "infelizes" porque certamente sofrerão desastres políticos ou econômicos, o que afetará seu modo de vida.
(E) A conjunção "se" no início do texto coloca todas as afirmações no texto como condicionadas a outros fatos.

4

Leia o texto a seguir, do filósofo Schopenhauer:

A abolição do latim como língua geral das pessoas cultas e a introdução da conversa pequeno-burguesa das literaturas nacionais em seu lugar têm sido, para as ciências na Europa, uma verdadeira desgraça.

Sobre a significação e a estruturação desse pensamento, assinale a afirmativa correta.

(A) O porquê de a abolição do latim como língua culta ser uma "desgraça" está explicado no texto.
(B) O emprego do adjetivo "verdadeira" em "verdadeira desgraça" se justifica pela necessidade de indicar a verdade da afirmação feita.
(C) O texto mostra certo desprezo pelas literaturas nacionais ao empregar o termo "conversa pequeno-burguesa".
(D) Os termos precedidos da preposição "de" – abolição do latim, introdução da conversa – mostram diferentes funções sintáticas.
(E) O termo "para as ciências da Europa" indica onde o latim foi abolido como língua culta.

5

Observe o texto a seguir e assinale a afirmativa mais adequada à sua significação ou estruturação:

"Horóscopo signo Virgem. Horóscopo de hoje: Você tem tomado ciência dos seus erros no passado e precisa confiar em alguém. Vá em frente e você terá a luz e confiança daqueles que te cercam para colocar as suas ideias em prática. Seu dia será ótimo e você estará mais comunicativo, não será apenas impressão."

(A) Trata-se de um texto informativo, destinado a dar a conhecer fatos futuros.
(B) Como texto de adivinhação, o texto se apoia em expressões vagas, sem qualquer objetividade.
(C) As adivinhações do futuro sempre trazem previsões negativas, com vistas de deixar os leitores preocupados.
(D) A preocupação com a correção da linguagem é marca desses textos, como de todos os outros, já que veiculados em órgãos públicos de comunicação.
(E) Por tratar-se de texto apoiado em astrologia, a responsabilidade dos astros aparece claramente no texto.

6

Todas as opções a seguir mostram duas palavras idênticas. Assinale a opção em que essas palavras possuem diferentes sentidos.

(A) Não canto porque sou feliz; sou feliz porque canto.
(B) Não acredite em milagres, confie em milagres.
(C) Nenhum livro para crianças deve ser escrito para crianças.
(D) Se é lícito pintar, será lícito pintar tudo?
(E) Sartre não acreditava na Igreja, mas ia à igreja todos os domingos.

7

Observe o seguinte texto.

"Uma reforma radical do ensino público é a primeira de todas as necessidades da pátria, amesquinhada pelo desprezo da cultura científica e pela insigne deseducação do povo."

Assinale a opção que ***não*** representa uma inferência do texto lido:

(A) Há outras necessidades no país além da educação.
(B) A crise é profunda, daí a necessidade de uma reforma radical.
(C) A cultura científica é bastante valorizada no país.
(D) A deseducação do povo mostra a necessidade de mudanças na área da educação.
(E) A educação é uma necessidade imperiosa.

8

Entre as frases a seguir, assinale aquela que se mostra coerente.

(A) Livros trazem a vantagem de estarmos sós e acompanhados.
(B) Toda obra de arte tem duas faces, ambas voltadas para a própria época e outra para o futuro.
(C) Existe apenas um momento exato para ir pescar, e esse momento é sempre que você puder.
(D) Se eu chamei o número errado, por que você atendeu o telefone?
(E) Conhecer-se é estar sozinho consigo em ação junto a outra pessoa amiga.

9

Todas as frases a seguir se estruturam a partir de um ditado popular, **exceto** uma.

Assinale-a.

(A) Quem não deve não treme.
(B) Para bom bebedor, meia garrafa basta.
(C) Errar é humano, mas é preciso um computador para realmente pisar no tomate.
(D) Quando uma pessoa estúpida faz algo de que se envergonha, diz que está cumprindo seu dever.
(E) Deste mundo nada se leva. Dos outros se trazem apenas pedras para exame de laboratório.

10

Assinale a frase a seguir em que os vocábulos sublinhados são considerados sinônimos.

(A) O caminho da sabedoria é longo através de preceitos, breve e eficaz através de exemplos.
(B) Extirpar é um verbo que se emprega em se falando de heresias e doenças.
(C) Falastes com mais sabedoria e experiência do que imaginais.
(D) As pessoas a quem se fala não são aquelas com quem se conversa.
(E) São infalíveis e inevitáveis as cobranças de dívidas.

11

Assinale a frase a seguir em que a troca de posição dos termos sublinhados modifica o seu sentido.

(A) É preciso combater a opinião com as próprias armas; não se disparam tiros de fuzil contra as ideias.
(B) Uma raposa velha não fica presa no laço.
(C) Sabedoria escondida e tesouro escondido, para que servem ambos?
(D) Um mau começo leva a um mau final.
(E) Um falso problema sempre é melhor do que problema nenhum.

12

Leia os seguintes textos, observando os seus termos sublinhados, que se referem a outros termos anteriores.

Assinale a opção que apresenta a indicação ***incorreta*** do termo anterior correspondente, é:

(A) O dever sublime do justo é garantir a cada um o que lhe cabe, ao rico a sua riqueza e ao pobre, a sua pobreza. / cada um.
(B) Aqui jaz alguém cujo nome foi escrito n'água. / alguém.
(C) Fez o melhor que podia, mas não foi o bastante. / o melhor.
(D) O ladrão finge de cirurgião quando vai comprar suas luvas de borracha. / cirurgião.
(E) Quem tem lágrimas, prepare-se para derramá-las. / lágrimas.

13

Entre as frases a seguir, assinale aquela em que a expressão "é que" está empregada não como elemento enfático, mas como participante da estrutura sintática da frase.

(A) É o uniforme que faz esquecer aquele que o veste.
(B) O hábito é que torna suportáveis até as coisas assustadoras.
(C) Um dos riscos de escrever máximas é que nos colocamos na condição de sermos citados.
(D) Quanto é que custam as coisas a que estamos sentimentalmente ligados?
(E) Para o corpo doente é que é necessário um médico.

14

Entre as opções a seguir, assinale aquela que respeita a norma culta da língua portuguesa, no que diz respeito à ortografia.

(A) O sabor dos contos é a propiedade com que é empregada a língua.
(B) Não há nada mais fútil, mais falso, mais vão, nada mais nescessário que o teatro.
(C) Todos os textos são auto-biográficos.
(D) O primeiro requesito para a felicidade de um homem é ter nascido numa cidade famosa.
(E) Imprescindível é o adolescente respeitar os mais velhos.

15

Assinale a frase a seguir em que a preposição *contra* tem valor semântico diferente do das demais frases.

(A)Não se deve lutar contra um inimigo invencível.
(B) Não litigues contra um juiz, porque decidirão a favor dele.
(C) As plantas cresceram contra o muro do jardim, mas ficaram bonitas.
(D) Defesa civil no Rio não é contra a chuva, é contra os podres poderes.
(E) Pode o cão ladrar contra todos, mas não pode morder senão os que dele se aproximam.

História e Geografia do Tocantins

16

Sobre as competências estaduais no campo da segurança pública, assinale a afirmativa correta.

(A) Compete ao Estado do Tocantins organizar e manter a Polícia Federal, responsável pela repressão ao tráfico de drogas e crimes interestaduais.
(B) O Estado pode manter forças armadas estaduais permanentes, inclusive com tanques e armamento bélico de uso restrito, para garantir a ordem pública interna.
(C) Cabe ao Estado do Tocantins legislar sobre normas gerais de segurança pública, inclusive sobre o funcionamento das guardas municipais.
(D) É de competência do Estado do Tocantins a organização e manutenção da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, que são forças auxiliares e reserva do Exército.
(E) A segurança pública no Tocantins é exercida prioritariamente pelo Poder Judiciário, por meio de delegados concursados e juízes com poder de polícia.

17

Nos primeiros dois séculos do período colonial, foram organizadas e normatizadas diversas práticas de controle da população indígena, entre as quais a descrita a seguir:

Deslocamento de indígenas de seus territórios originais para aldeamentos, geralmente estabelecidos por missionários ou autoridades coloniais. Este processo envolve a organização de expedições que visavam convencer ou forçar os indígenas a se mudarem, com o objetivo de integrá-los à cultura cristã e facilitar o trabalho agrícola, como também a obtenção de mão de obra.

Assinale a opção que indica corretamente a prática descrita no trecho.

(A) Missão.
(B) Aldeamento.
(C) Descimento.
(D) Índios de Resgate.
(E) Índios de Repartição.

18

A respeito do processo de separação de Goiás e subsequente criação do Estado de Tocantins em 1988, assinale a afirmativa que descreve corretamente uma das etapas.

(A) Em 1863, o Visconde de Taunay, deputado pela Província de Goiás, propôs a integração do norte goiano ao Maranhão e a transformação do sul goiano em Tocantins.
(B) Em 1889, o coronel Fausto de Souza propôs a redivisão do Império em 40 províncias, constando a do Tocantins na região do então norte goiano.
(C) Em 1937, a criação constitucional dos Estados do Amapá, Rio Branco e Rondônia reavivou o projeto emancipacionista de formação do Estado Federativo do Tocantins.
(D) Em 1987, a Assembleia Nacional Constituinte rejeitou a emenda popular para criação do Estado e, em reação à recusa, organizou-se a União Tocantinense para coordenar uma campanha midiática pelo Tocantins.
(E) Em 1988, foram realizadas eleições indiretas para os representantes do legislativo e eleições diretas para o executivo estadual tocantinense, resultando na eleição de José Wilson Siqueira Campos como governador do novo Estado.

19

Sobre a atividade turística como componente da economia do Estado do Tocantins, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) O turismo é uma atividade econômica estratégica para o Tocantins, com destaque para o ecoturismo no Jalapão, região que atrai turistas nacionais e internacionais por suas paisagens naturais, como dunas, fervedouros e cachoeiras.

( ) O Estado oferece destinos de turismo histórico-cultural, como a cidade de Natividade, famosa por festividades religiosas, entre as quais a Romaria do Senhor do Bonfim.

( ) O turismo sustentável praticado em Tocantins se caracteriza principalmente pelo incentivo ao crescimento econômico e pela expansão da infraestrutura turística em regiões como Serras Gerais, com o objetivo de atrair mais visitantes e movimentar a economia local.

A sequência correta, na ordem apresentada, é

(A) V – V – F.
(B) F – V – V.
(C) V – F – V.
(D) V – F – F.
(E) V – V – V.

20

Com relação aos aspectos físicos do Estado do Tocantins, especialmente no que se refere ao clima, à vegetação e aos biomas predominantes, assinale a afirmativa correta.

(A) O Tocantins é predominantemente coberto pelo bioma Mata Atlântica, caracterizado por florestas densas, alta pluviosidade e clima tropical litorâneo.
(B) O principal bioma no Tocantins é o Pantanal, especialmente nas áreas de planície próximas ao Rio Araguaia, onde predominam campos inundáveis.
(C) O clima do Tocantins é semiárido, com longos períodos de estiagem, vegetação adaptada à escassez de água e presença extensiva da Caatinga.
(D) O estado do Tocantins é caracterizado pela predominância de clima subtropical, com estações bem definidas e vegetação de campos com coníferas.
(E) O Cerrado é o bioma predominante no Tocantins, apresentando vegetação de savana, com árvores esparsas e estações bem definidas: seca e chuvosa.

Raciocínio Lógico e Matemático

21

Uma fábrica de produtos químicos vende um desinfetante concentrado em barris de 6 galões. Uma distribuidora compra esse desinfetante e transfere todo o conteúdo de cada barril para embalagens de 300 cm^3. Considere que 1 galão seja equivalente a 3,7 litros.

O número de embalagens que o conteúdo de 1 barril consegue encher é:

(A) 60.
(B) 68.
(C) 74.
(D) 82.
(E) 90.

22

Um número é tal que acrescido de sua terça parte fica igual ao maior múltiplo de 7 que é menor que 100.

A parte inteira desse número é:

(A) 70.
(B) 71.
(C) 72.
(D) 73.
(E) 74.

23

Jorge possui uma gaveta com 8 cédulas de R$ 50, 10 cédulas de R$ 20 e 10 cédulas de R$ 2. Não há outras cédulas na gaveta. Ele deseja fazer um pagamento de R$ 182 utilizando somente cédulas da sua gaveta.

O menor número de cédulas que Jorge precisa reunir para fazer esse pagamento é:

(A) 7.
(B) 8.
(C) 9.
(D) 10.
(E) 11.

24

O novo cartão de crédito de Renato tem vencimento no primeiro dia de cada mês e cobra 10% de juros por cada mês de atraso no pagamento. Renato fez, em fevereiro, sua primeira compra que teve valor de 1600 reais. No primeiro dia de março ele nada pode pagar e também não fez novas compras. No primeiro dia de abril Renato pagou 900 reais e no primeiro dia do mês seguinte liquidou sua dívida.

O valor que Renato pagou em seu último pagamento foi de:

(A) 847 reais.
(B) 860 reais.
(C) 924 reais.
(D) 946 reais.
(E) 1036 reais.

25

Os soldados Lauro, Mário, Paulo, Renato, Sílvio e Túlio devem ser separados em duas equipes, uma com quatro pessoas e outra com as restantes para investigar, separadamente, duas ocorrências diferentes. Por serem os mais experientes, Mário e Renato devem ficar em equipes diferentes e os novatos Lauro e Túlio devem ficar na mesma equipe.

O número de maneiras diferentes em que essas equipes podem ser formadas é:

(A) 3.
(B) 4.
(C) 6.
(D) 8.
(E) 10.

Conhecimentos Específicos
Direito Constitucional

26

O Estado Alfa editou a Lei nº X, disciplinando a tarifa a ser cobrada na exploração do serviço local de gás canalizado, o que gerou muitas críticas. Algumas dessas críticas redundaram em medidas judiciais que desautorizaram a sua aplicação, o que levou o Governador do Estado a solicitar que sua assessoria analisasse a possibilidade de a questão ser submetida à apreciação do Supremo Tribunal Federal, de modo que sua constitucionalidade fosse reconhecida.

Na situação descrita, é correto afirmar que a Lei nº X é

(A) inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa municipal.
(B) inconstitucional, por tratar de matéria de competência legislativa privativa da União.
(C) inconstitucional, salvo se tiver sido previamente editada lei complementar federal autorizando a disciplina da matéria em lei estadual.
(D) constitucional, por incursionar em temática de competência estadual, sendo cabível o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade.
(E) constitucional, por incursionar em temática de competência estadual, sendo cabível o ajuizamento de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

27

A autoridade administrativa competente, ao apreciar determinada situação concreta submetida à sua apreciação, interpretou o Art. X da Constituição da República. Na ocasião, à luz da situação concreta e das nuances da realidade, decidiu, entre os significados possíveis, aquele que deveria atribuir ao significante interpretado, isto após resolver as conflitualidades intrínsecas que se apresentaram no curso do processo de interpretação.

Na situação descrita, é correto afirmar, em relação à norma individualizada pela autoridade, que

(A) há uma separação rígida entre os momentos de criação e de aplicação da norma constitucional.
(B) há uma correspondência biunívoca entre o texto constitucional e a norma constitucional.
(C) a atividade interpretativa que culminou com a sua individualização foi pautada pela escola do direito livre.
(D) a influência do pensamento problemático não permitiu que fossem desconsiderados os limitadores de natureza semiótica.
(E) a atividade interpretativa que culminou com a sua individualização é incompatível com a denominada mutação constitucional.

28

Após uma longa guerra civil no País Sigma, as forças revolucionárias lograram depor o governo constituído e outorgaram uma Constituição. Essa nova ordem constitucional tinha duas características bem definidas: em primeiro lugar, buscou sedimentar a ideologia das forças revolucionárias, negando legitimidade e licitude a qualquer outra que despontasse no ambiente sociopolítico; em segundo lugar, buscou assegurar a continuidade do poder da pequena aristocracia que conduziu o processo revolucionário, legitimando todos os seus atos.

É correto afirmar que a Constituição do País Sigma pode ser classificada como

(A) dirigente e nominal.
(B) balanceada e rígida.
(C) eclética e outorgada.
(D) ortodoxa e semântica.
(E) inorgânica e normativa.

29

No âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado Alfa, foram admitidos João, Pedro e Maria. João era servidor público estadual inativo e foi nomeado para ocupar cargo em comissão. Pedro foi contratado em caráter temporário. Por fim, Maria, servidora pública estadual ativa, foi nomeada para o exercício de uma função de confiança. Tão logo as nomeações foram realizadas, o Secretário consultou sua assessoria em relação à necessidade, ou não, de que a legalidade dos atos fosse apreciada pelo Tribunal de Contas do Estado Alfa (TCEA) para fins de registro.

Foi corretamente esclarecido ao Secretário que o TCEA

(A) deve apreciar as três nomeações.
(B) somente deve apreciar a nomeação de João.
(C) somente deve apreciar a nomeação de Pedro.
(D) somente deve apreciar as nomeações de João e Maria.
(E) somente deve apreciar as nomeações de Pedro e Maria.

Direito Administrativo

30

Os atos administrativos podem apresentar vícios, sendo certo que, a depender dos elementos do ato sobre os quais recaiam, tais vícios podem ser considerados vícios sanáveis (passíveis de convalidação) ou vícios insanáveis.

Os elementos do ato administrativo apresentam vícios considerados insanáveis:

(A) competência e forma, caso o ato seja discricionário.
(B) forma e finalidade, na hipótese de ato discricionário.
(C) objeto e competência, exclusivamente para os atos vinculados.
(D) finalidade e motivo, tanto para os atos vinculados quanto para os discricionários.
(E) motivo e competência, apenas em relação aos atos vinculados.

31

Uma unidade de apoio da polícia militar do Estado de Tocantins verifica a necessidade de realizar determinada contratação que tenha por objeto serviços comuns, compreendidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, mediante a utilização do critério de julgamento de menor preço ou maior desconto. Nesse caso a modalidade de licitação obrigatória, à luz da Lei nº 14.133/2021, é o

(A) concurso.
(B) pregão.
(C) convite.
(D) leilão.
(E) diálogo competitivo.

32

No exercício de suas atribuições como policial militar, Marcelo necessitou utilizar o automóvel de Ana para debelar uma situação emergencial, de iminente perigo público, sendo certo que o bem foi devolvido para sua proprietária logo após a utilização, sem qualquer avaria.

A modalidade de restrição do Estado sobre a propriedade privada na situação descrita é a(o)

(A) desapropriação por necessidade pública.
(B) tombamento.
(C) limitação administrativa.
(D) servidão administrativa.
(E) requisição administrativa.

33

João, membro da polícia militar do Estado do Alfa, de forma dolosa, no âmbito de sua atuação funcional, negou publicidade a determinado ato oficial que não se enquadrava em qualquer das exceções previstas em lei em que admitido o sigilo, com o intuito de obter proveito pessoal, pois acreditava que a divulgação de tal informação poderia comprometer muito a sua reputação junto à corporação.

Considerando que, na mencionada situação, resultou demonstrada a lesividade ao bem jurídico tutelado, mas não foi verificado dano ao erário ou enriquecimento ilícito de João, à luz do disposto na Lei nº 8.429/92, com a redação conferida pela Lei nº 14.230/2021 (Lei de Improbidade Administrativa), é correto afirmar que

(A) a conduta de João é passível de responsabilização por ato de improbidade que atenta contra os princípios da Administração Pública.
(B) João não pode ser enquadrado como agente público para fins de responsabilização com base na Lei de Improbidade Administrativa, enquanto membro da polícia militar.
(C) a responsabilização de João por improbidade administrativa prescinde da análise do elemento subjetivo, ou seja, da verificação do dolo em sua atuação funcional.
(D) sem o reconhecimento da produção de danos ao erário e/ou enriquecimento ilícito de João, não é cabível a sua responsabilização com base na Lei de Improbidade Administrativa.
(E) a obtenção de proveito ou benefício para si ou para outrem e a lesividade ao bem jurídico tutelado não têm qualquer relevância para a configuração do ato de improbidade em relação à conduta praticada por João.

Direito Penal

34

Caio, policial militar no Estado do Tocantins, em patrulhamento de rotina, abordou Tício, o qual caminhava junto à rua *Alfa*, em Palmas. Durante a revista pessoal, o agente da lei constatou que Tício estava com material entorpecente em seu bolso. O policial então deu voz de prisão ao indivíduo, o qual reagiu lhe desferindo um soco no rosto, logrando êxito em se evadir, na sequência.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Tício responderá pelo crime de

(A) desobediência simples e resistência qualificada, em concurso.
(B) desobediência qualificada.
(C) desobediência simples.
(D) resistência qualificada.
(E) resistência simples.

35

Após conhecer Maria por meio das redes sociais, Lucas a convidou para um jantar na sua residência. Durante o encontro, o agente colocou substâncias ilícitas no vinho de Maria, a qual perdeu totalmente a consciência. Na sequência, Lucas praticou, em seu detrimento, atos libidinosos diversos da conjunção carnal, sendo certo que, em razão da conduta perpetrada, a vítima sofreu lesão corporal de natureza grave.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Lucas responderá pelo crime de

(A) violação sexual mediante fraude, na modalidade qualificada.
(B) estupro de vulnerável, na modalidade qualificada.
(C) estupro de vulnerável, na modalidade simples.
(D) estupro, na modalidade qualificada.
(E) estupro, na modalidade simples.

36

João, reincidente em crime doloso, ingressou em uma farmácia localizada no Município de Palmas/TO e, mediante rompimento de obstáculo à subtração da coisa, se apossou de diversos medicamentos avaliados, no todo, em R$ 400,00 (quatrocentos reais), evadindo-se na sequência.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que João responderá pelo crime de furto

(A) simples, mas, ainda que os bens subtraídos sejam de pequeno valor, o juiz não poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, nem tampouco diminuí-la, admitindo-se, contudo, que aplique, fundamentadamente, somente a pena de multa.
(B) qualificado, mas, ainda que os bens subtraídos sejam de pequeno valor, o juiz não poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la, nem tampouco aplicar somente a pena de multa.
(C) simples, mas, ainda que os bens subtraídos sejam de pequeno valor, o juiz não poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la, nem tampouco aplicar somente a pena de multa.
(D) simples, sendo certo que, em razão do pequeno valor dos bens subtraídos, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa.
(E) qualificado, sendo certo que, em razão do pequeno valor dos bens subtraídos, o juiz poderá substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços ou aplicar somente a pena de multa.

Direito Processual Penal

37

Durante uma competição esportiva que levou centenas de torcedores ao estádio Nilton Santos, em Palmas/TO, a Polícia Militar logrou prender, em flagrante, três diferentes indivíduos, quais sejam:

I. Caio, pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes.
II. Lucas, pela perpetração do crime de furto simples.
III. Tício, pelo cometimento do delito de racismo.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) é juridicamente admissível a concessão de fiança em benefício de Caio e Lucas. Por outro lado, Tício não tem direito à fiança.
(B) é juridicamente admissível a concessão de fiança em benefício de Lucas. Por outro lado, Caio e Tício não têm direito à fiança.
(C) não se admite, juridicamente, a concessão de fiança em benefício de Caio e Lucas. Por outro lado, Tício tem direito à fiança.
(D) não se admite, juridicamente, a concessão de fiança em benefício de Caio, Lucas e Tício.
(E) é juridicamente admissível a concessão de fiança em benefício de Caio, Lucas e Tício.

38

Matheus, Delegado de Polícia lotado em Palmas/TO, está investigando um suposto crime de extorsão simples que teria sido perpetrado no centro da municipalidade. Em assim sendo, Matheus, analisando a viabilidade de eventual representação pela decretação da prisão temporária do investigado, consultou a legislação de regência, concluindo que a medida pode ser decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público, tendo o prazo de cinco dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 7.960/1989, é ***incorreto*** afirmar que

(A) decorrido o prazo contido no mandado de prisão, a autoridade responsável pela custódia deverá, independentemente de nova ordem da autoridade judicial, pôr imediatamente o preso em liberdade, salvo se já tiver sido comunicada da prorrogação da prisão temporária ou da decretação da prisão preventiva.
(B) o juiz poderá, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público e do advogado, determinar que o preso lhe seja apresentado, solicitar informações e esclarecimentos da autoridade policial e submetê-lo a exame de corpo de delito.
(C) exclui-se o dia do cumprimento do mandado de prisão no cômputo do prazo de prisão temporária, salvo decisão judicial expressa em sentido contrário.
(D) na hipótese de representação da autoridade policial, o juiz, antes de decidir, ouvirá o Ministério Público.
(E) a prisão somente poderá ser executada depois da expedição de mandado judicial.

39

Após praticar determinada infração penal de menor potencial ofensivo, João procurou o auxílio de um advogado, o qual lhe prestou os devidos esclarecimentos sobre o instituto da suspensão condicional do processo.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, analise as afirmativas a seguir:

I. Aceita a proposta pelo acusado e seu defensor, na presença do representante do Ministério Público, haverá a suspensão do processo, sendo certo que, durante o período de prova, o acusado deverá comparecer pessoal e semanalmente em juízo, para informar e justificar suas atividades.
II. A suspensão será revogada se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime ou contravenção penal ou não efetuar, sem motivo justificado, a reparação do dano.
III. Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo.

Considerando as disposições da Lei nº 9.099/1995, está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) II e III, apenas.
(E) I, II e III.

Direito Penal Militar

40

O Soldado PM Malveira, 25 anos, é réu no processo criminal que apura a prática do crime militar de peculato. A audiência de instrução e julgamento foi marcada e, caso haja condenação, será feita a dosimetria da pena. Sabe-se que o objeto da apropriação é de valor superior a vinte vezes o salário-mínimo. Considerando que o militar possui condenações anteriores, à luz do Código Penal Militar, é correto afirmar que

(A) a condenação em primeira instância pela prática anterior de crime de peculato, pendente de decisão do recurso interposto pelo réu, será observada para efeito de aplicação da reincidência.
(B) a pena-base do crime de peculato é de detenção, de três a quinze anos.
(C) a idade do Soldado Malveira é uma circunstância que atenua a pena.
(D) em caso de condenação, incidirá a causa de aumento de pena de um terço.
(E) para efeito de reincidência, considera-se a anistia porventura concedida.

41

O Comando do 12º Batalhão da Polícia Militar do Estado Alfa instaurou uma Sindicância Administrativa Disciplinar em face do Soldado PM Demerval, para apurar suposto cometimento de transgressão militar. Ao receber a documentação para produzir sua defesa final, o militar retirou dos autos a oitiva de uma testemunha, com o intuito de livrar-se da punição disciplinar. Ao encerrar os trabalhos de apuração, o encarregado do procedimento, Sargento PM Matusalém, notou a falta do documento e relatou o fato à autoridade competente, que determinou a abertura de Inquérito Policial Militar. Por cautela, o Sargento havia feito cópia digital dos autos, estando incluída a oitiva suprimida. Nos termos do Código Penal Militar, caso fique demonstrado o cometimento de crime militar, o Soldado PM Demerval estará sujeito a pena-base de

(A) reclusão, de dois a seis anos.
(B) detenção, até seis meses.
(C) reclusão, de dois a cinco anos.
(D) detenção, de três meses a um ano.
(E) detenção, de seis meses a dois anos.

42

O Tenente PM Eufrásio, Oficial de dia, determinou que o Cabo PM Odílio adentrasse em uma residência sem ordem judicial, sem fundadas razões e sem consentimento válido do morador Abelardo, suspeito de atuar no tráfico de drogas na região. Feitas as diligências, nada de ilegal foi encontrado na casa. Devido ao constrangimento sofrido, Abelardo compareceu à Corregedoria da Polícia Militar, narrou os fatos e solicitou providências ao órgão correcional. Considerando o que prevê o Código Penal Militar quanto à culpabilidade penal, é *correto* afirmar que:

(A) responderá pelo crime de invasão de domicílio apenas o Tenente PM Eufrásio, autor da ordem ilegal.
(B) o fato não constitui crime, por se tratar de ordem manifestamente legal, já que Abelardo figurava como suspeito do crime de tráfico de drogas.
(C) responderão pelo crime de invasão de domicílio o Tenente PM Eufrásio, autor da ordem ilegal, e o Cabo PM Odílio, que executou a ordem emanada pelo superior hierárquico.
(D) responderá pelo crime de invasão de domicílio apenas o Cabo PM Odílio, que executou a ordem emanada pelo superior hierárquico.
(E) o Cabo PM Odílio agiu em estrito cumprimento do dever legal.

Direito Processual Penal Militar

43

O Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar do Estado Alfa instaurou portaria de IPM (Inquérito Policial Militar) para apurar o crime de lesão corporal praticado, em tese, pelo Cabo PM Joaquim em face do civil Esdras, durante intervenção policial militar.

Quanto à tramitação do IPM, nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que

(A) o encarregado do IPM deverá ser um oficial de posto não inferior ao de capitão.

(B) o prazo para conclusão do IPM é de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por mais 10 (dez) dias.

(C) a autoridade militar delegante não poderá arquivar os autos do IPM, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimputabilidade do investigado.

(D) a autoridade militar delegante deverá acompanhar a solução produzida pelo encarregado do IPM.

(E) o IPM tem caráter sigiloso, não podendo ser disponibilizado acesso aos autos ao investigado e ao seu advogado, para não comprometer a investigação.

44

Carlito, 18 anos, civil, foi convocado para o serviço militar obrigatório. Na data e horário marcados, ele apresentou-se na Organização Militar, mas se ausentou antes do ato oficial de incorporação, consumando-se, assim, o crime de insubmissão. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que

(A) consumado o crime, será lavrado termo de insubmissão, que tem caráter de instrução definitiva.

(B) o objetivo do processo de insubmissão é tão somente promover a captura do insubmisso para fins de incorporação.

(C) o insubmisso que se apresentar voluntariamente ou for capturado, ficará preso por tempo indeterminado.

(D) o representante do Ministério Público receberá vista do processo de insubmissão, no prazo de 5 dias, para requerer o que for de direito.

(E) caso seja considerado relativamente incapaz, após inspeção de saúde, o insubmisso ficará isento do processo, mas deverá ser incluído nas fileiras das Forças Armadas.

45

O Cabo PM Ambrosino, praça estável, foi escalado para a função de sentinela, durante o mês de abril de 2025, no horário compreendido entre as 6h e 18h. Contudo, desde o dia 15/4/2025, o militar ausentou-se injustificadamente do local em que deveria executar o serviço, por mais de 8 dias. Ao consumar o crime de deserção, é necessário lavrar o respectivo termo e encaminhá-lo à autoridade militar judiciária.

Diante desse cenário, à luz do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que

(A) a contagem dos dias de ausência iniciar-se-á a zero hora do dia em que for verificada a falta injustificada de Ambrosino.

(B) consumada a deserção, Ambrosino será imediatamente excluído do serviço ativo.

(C) o termo de deserção de Ambrosino deve ser lavrado por um Oficial e será assinado pelo Comandante e por duas testemunhas idôneas.

(D) vinte e quatro horas depois de iniciada a contagem dos dias de ausência, será inventariado o material particular deixado ou extraviado por Ambrosino.

(E) o desertor Ambrosino será posto em liberdade, caso não seja julgado dentro de sessenta dias, a contar de sua apresentação voluntária ou captura.

Normas Pertinentes à PMTO

46

Nos termos do Estatuto dos Policiais Militares e Bombeiros Militares do Estado do Tocantins, a disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada, reformados e de outras organizações militares, sendo certo que o regulamento disciplinar é baixado através de ato do Chefe do Poder Executivo, com a observância de determinadas particularidades.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 2.578/2012, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) As penas disciplinares somente serão aplicadas visando à manutenção da harmonia militar e ao exemplo que possa ser transmitido a todos os integrantes da corporação.

( ) A pena de demissão é aplicada ao militar não estável, após sindicância, e, ao estável, após submissão a Conselho de Justificação ou de Disciplina.

( ) As punições disciplinares a que estão sujeitos os militares são as seguintes, em ordem de gravidade crescente: repreensão; advertência; detenção; prisão; reforma disciplinar; demissão.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – F – V.
(B) F – V – F.
(C) V – V – F.
(D) F – F – V.
(E) F – F – F.

47

Cloves, na qualidade de tenente-coronel, Rafael, ocupante do cargo de major, Fábio, atuando como capitão, e Daniel, 1º tenente, todos da Polícia Militar do Estado do Tocantins, participaram de uma reunião versando sobre a segurança pública no Município de Palmas/TO.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 2.578/2012 sobre os círculos hierárquicos e a escala hierárquica dos militares estaduais, é correto afirmar que

(A) Cloves participa do círculo de oficiais superiores. Rafael, por sua vez, integra o círculo de oficiais intermediários. Fábio faz parte do círculo de oficiais subalternos. Por fim, Daniel pertence ao círculo de praças especiais.
(B) Cloves participa do círculo de oficiais superiores. Rafael e Fábio, por sua vez, integram o círculo de oficiais intermediários. Por fim, Daniel faz parte do círculo de oficiais subalternos.
(C) Cloves participa do círculo de oficiais superiores. Rafael, por sua vez, integra o círculo de oficiais intermediários. Por fim, Fábio e Daniel fazem parte do círculo de oficiais subalternos.
(D) Cloves e Rafael participam do círculo de oficiais superiores. Fábio, por sua vez, integra o círculo de oficial intermediário. Por fim, Daniel faz parte do círculo de oficiais subalternos.
(E) Cloves participa do círculo de oficiais intermediários. Rafael e Fábio, por sua vez, integram o círculo de oficiais subalternos. Por fim, Daniel pertence ao círculo de praças especiais.

48

Como é cediço, o acesso na hierarquia militar é seletivo, gradual e sucessivo e é feito mediante promoções, na forma da legislação específica, de modo a obter-se um fluxo regular e equilibrado da carreira. Ademais, a promoção é ato administrativo que tem como finalidade básica a seleção dos militares para o exercício de funções pertinentes ao grau hierárquico superior.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei Estadual nº 2.578/2012, analise as afirmativas a seguir:

I. Bravura, resultante de ato ou atos incomuns de coragem, audácia e abnegação que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, representem feitos indispensáveis às operações militares, pelos resultados alcançados ou pelo exemplo deles emanado.
II. Merecimento, que tem como pressuposto o conjunto de qualidades e atributos que distinguem e realçam o valor do militar entre seus pares, avaliados no decurso da carreira e no desempenho de cargos e comissões exercidos, particularmente no grau hierárquico que ocupa ao ser cogitado para promoção.
III. Escolha, efetuada por ato do Comandante-Geral da corporação, ao posto de Coronel, do Tenente-Coronel, que julgar qualificado para o desempenho dos altos cargos de comando, chefia ou direção.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 2.578/2012, além de outras hipóteses legais, as promoções são efetuadas pelo(s) critério(s) elencado(s) em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e II, apenas.
(E) I, II e III.

49

Maicon, policial militar no Estado do Tocantins, resolveu analisar a legislação estadual que consagra as transgressões disciplinares, com o objetivo de conhecer e, por conseguinte, evitar a prática de ilícitos administrativos que possam prejudicar a sua carreira.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 2.578/2012, ***não é*** transgressão de natureza grave

(A) dirigir-se ou referir-se de forma desrespeitosa a superior hierárquico, censurar-lhe ato ou procurar desconsiderá-lo em círculo militar ou entre civis.
(B) emitir ordem de que saiba ser impossível a sua execução, ou esquivar-se de explicitá-la ou fornecê-la por escrito, quando necessário.
(C) promover ou participar de luta corporal com outro militar, salvo em instrução ou atividades desportivas pertinentes.
(D) dar entrevista, publicar ou fornecer dados sobre assuntos institucionais, sigilosos ou não, sem autorização superior.
(E) consumir ou induzir alguém a consumir bebida alcoólica, estando em serviço ou fardado, em qualquer local.

50

Mário, policial militar do Estado do Tocantins, pretende fazer uso de determinado período de férias para viajar com a sua família. Desta forma, para evitar surpresas, o militar resolveu consultar a legislação de regência, verificando que compete ao Comandante-Geral a aprovação dos planos de férias das organizações militares subordinadas, bem como a fiscalização do seu cumprimento.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei Estadual nº 2.578/2012, avalie se a concessão das férias ***não*** é prejudicada nos seguintes casos:

I. Fruição anterior de licença para tratamento de saúde.
II. Punição anterior decorrente de transgressão disciplinar.
III. Estado de guerra.

Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.
(B) II, apenas.
(C) III, apenas.
(D) I e III, apenas.
(E) I, II e III.

Prova Discursiva

1

A automedicação continua a ser um problema entre nós, incentivada pela intensa propaganda de medicamentos pela televisão. Os usuários continuam comprando remédios nas farmácias, sem receitas, que também não se importam. Muitos reclamam dos preços altos das consultas e apelam para soluções mais baratas.

O que fazer para convencer a população de que a automedicação é um perigo? O que pode fazer o governo, por um lado, e a população, por outro, para minorar o problema? Diga o que pensa a respeito, num texto argumentativo de aproximadamente 30 linhas, em linguagem culta, dando especial destaque aos argumentos utilizados.